



Narrativas sobre conflitos socioambientais e inserção do Turismo Comunitário na comunidade de Pinheiro (MG)

Narratives about socio-environmental conflicts and insertion of Community Tourism in the community of Pinheiro (MG)

Beatriz Roque dos Santos, Alan Faber do Nascimento, Hugo Rodrigues de Araújo

RESUMO: Muito se tem discutido sobre o desenvolvimento das Unidades de Conservação (UCs) e a relação destas com os conflitos fundiários e socioambientais. Nos últimos anos, o Turismo de Base Comunitária (TBC) tem sido visto como possibilidade de resolução de tais conflitos e como forma de promover inovação tecnológica e local. Pensando nesta perspectiva é que se chega ao turismo no Parque Estadual do Biribiri (PEBI) e sua relação com a comunidade de Pinheiro. Diante disso, o objetivo é realizar uma análise dos atrativos da comunidade do Pinheiro e os conflitos com o PEBI. O método foi à pesquisa documental no qual foi analisado o Plano de Manejo do PEBI e as atas das reuniões comunitárias de Pinheiro, observação participante e a aplicação de entrevistas com os representantes da comunidade de Pinheiro. Como resultado notou-se que Pinheiro tem diversificados atrativos que podem ser desenvolvidos através do TBC, porém ainda precisa-se resolver os conflitos locais relacionados a questão fundiária e de uso das áreas naturais. Diante de todos os apontamentos aqui elencados conclui-se que é preciso traçar estratégias coletivas para elaborar soluções para a resolução dos empecilhos socioambientais. Por fim, a aposta analítica é que o desenvolvimento do TBC no PEBI possa gerar resultados satisfatórios, promovendo a aproximação de ambos os atores e assim, promova a atividade de forma sustentável e socialmente inclusiva.

PALAVRAS CHAVE: Conflitos socioambientais; Comunidade de Pinheiro; PEBI; Turismo de base comunitária;

ABSTRACT: Much has been discussed about of Conservation Units (UCs) and their relationship with land and socio-environmental conflicts. In recent years, Community Based Tourism (TBC) has been seen as a possibility to resolve such perspective in mind, tourism comes to Biribiri State Park (PEBI) and its relationship with the community of Pinheiro. Therefore, the objective is to carry out an analysis of the attractions of the Pinheiro community and the conflicts with PEBI. The method was documental research in which the PEBI Management Plan and the atlas of Pinheiro community meeting were analyzed, participant observation and the application of interviews with representatives of the Pinheiro community. As a result, it was noted that Pinheiro has several attractions that can be developed through the TBC, but there is still a need to resolve local conflicts related to land and use of natural areas. In view of all the notes listed here, it is concluded that it is necessary to draw up collective strategies to develop solutions for the resolution of socio-environmental obstacles. Finally, the analytical bet is that the development of TBC in PEBI can generate satisfactory results, promoting the approximation of both authors and thus promoting the activity in a sustainable and socially inclusive way.

KEYWORDS: Socio-Environmental Conflicts; Community Pinheiro; PEBI; Community Based Tourism.

Introdução

É usual o debate entre o desenvolvimento das Unidades de Conservação (UCs) e as questões fundiárias locais e conflitos advindos da expropriação de usos tradicionais da terra. A criação de UCs como forma de preservação exige que os órgãos públicos ligados à implementação das áreas ambientalmente protegidas lidem com as diversas formas de uso da terra, tradicionais ou não, dessas áreas, o que, inevitavelmente, traz à lume a questão da regulamentação fundiária (OLIVEIRA, 2010).

A questão do uso das terras no Brasil é um problema historicamente complexo. O Tratado de Tordesilhas foi o primeiro diploma institucional a fazer confrontar os usos tradicionais da terra com outras lógicas de uso e ocupação do território. No caso do uso tradicional, as terras são utilizadas para plantio e colheita, sendo a agricultura relacionada com os bens da natureza, seguindo os modelos do modo de vida camponês, numa geografia baseada em comunidades ou bairros rurais (NASCIMENTO, 2016).

Importante destacar que esse modelo camponês tem como referência a reprodução e a própria alimentação das famílias, e é fundamentado nos princípios da igualdade e da solidariedade (MASSUQUETI, 2010).

Não obstante os usos tradicionais, essas áreas foram objeto do avanço da monocultura comercial. As grandes plantações de alimentos, o extrativismo vegetal, a caça e a pecuária algumas, realizadas de forma extensiva e desordenada, fizeram com que os órgãos ligados à conservação pensassem em estratégias para proteger os ambientes naturais.

Um marco histórico importante no Brasil sobre isso foi a criação, em 1937, do Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro, o que encetou, em seguida, uma série de outras unidades de conservação (KURY, 2009).

Ocorre, no entanto, que o modelo de criação desses parques seguia a linha conservacionista norte-americana, que apregoava uma espécie de “natureza intocada”. Com efeito, observou-se, ao longo do tempo, a expropriação de gerações de famílias ocupantes do interior e do entorno das UCs. De modo que, à expropriação provocadas pelos agentes privados, caso da monocultura, somou-se à expropriação institucional das áreas ambientalmente protegidas. Ato contínuo, a questão fundiária se converteu num dos principais dilemas da consolidação das UCs (MORAIS, 2014).

E à vista desse breve panorama histórico que passam a ser elaboradas e pensadas alternativas sustentáveis, inclusivas e inovadoras para as UCs. Uma delas é o Turismo de Base Comunitária (TBC).

No Estado de Minas Gerais, é grande o percentual de comunidades que vivem dentro dos parques estaduais e em seu entorno. Como se disse, essas comunidades são grandes conhecedoras da fauna, flora e atrativos naturais das UCs, como cachoeiras, picos e serras. Diante disso, torna-se indispensável o envolvimento das comunidades no planejamento e desenvolvimento das ações realizadas dentro do parque assim como em seus entornos.

Pensando nesta perspectiva é que se chega ao turismo no PEBI e sua relação com as comunidades de seu entorno, em especial a comunidade de

Pinheiro, portanto o objetivo da presente pesquisa foi realizar uma análise dos atrativos da comunidade do Pinheiro e os conflitos com o PEBI.

Contexto histórico e perspectiva de desenvolvimento do TBC

Em termos mundiais, o conceito de turismo teve seu surgimento no século XIX. No caso do Brasil, o fenômeno turístico remonta à virada do XIX para o XX, quando, notadamente, à cidade do Rio de Janeiro, chegam os primeiros viajantes, sobretudo estrangeiros, pela via de agências turísticas pioneiras, como a de Thomas Cook, e tão somente para passeio (CASTRO, 2013). Mas é a partir do término da 2ª Guerra Mundial que o fenômeno turístico ganha escala, tanto no mundo quanto no Brasil (GRIMM; SAMPAIO, 2011).

Nos últimos anos, o setor de turismo no Brasil, enquanto um agente econômico, tem se expandido e, conseqüentemente, gerado retornos para cada vez mais municípios brasileiros, até então fora da rota dos fluxos turísticos. Mais do que isso, tem-se visto o desenvolvimento do turismo em diversas comunidades tradicionais e rurais pelo país, caso do TBC, que busca promover a aproximação de turistas com os comunitários promovendo vivências e trocas coletivas (GRIMM; SAMPAIO, 2011). Mais ainda,

O turismo de base comunitária não é apenas uma atividade produtiva, procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer relações de comunicação com agentes externos, entre eles e os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora (SAMPALIO, 2006, p. 6).

O interesse dos comunitários em discutirem e se unirem para resolver soluções sobre seus territórios remete a meados dos anos 70, quando se acirrou no Brasil a luta por terras. Um exemplo pioneiro encontra-se nas disputas territoriais dos pescadores tradicionais da Prainha do Canto Verde, no Ceará (ARAÚJO, 2011).

Na década de 1980, foram discutidas questões embasadas na articulação entre promoção da atividade turística e a relação do turismo com os preceitos da natureza, tendo como base em discussões de cunho ambiental e das pressões realizadas pelos movimentos ambientalistas e por ser estar ocorrendo no país em meados de 1990 a conferência internacional sobre o meio ambiente, a ECO 92. Nesse mesmo período, fica-se cada vez mais claro que o TBC despontava como uma solução para o turismo de massa, que era embasado nos modelos globalizados. Conseqüentemente, passou-se cada vez mais elaborar ações de inserção comunitária, nos quais visou proteger os atrativos, promover trocas e saberes entre os comunitários e visitantes (NASCIMENTO, 2016).

A esse propósito, vale recuperar que a indústria do turismo, ela própria, passou a promover novas propostas, visando buscar novos públicos e novas atratividades que poderiam ser aproveitadas para promover o aumento da demanda local. Neste sentido, são inseridas estratégias de cunho turístico que visem potencializar as comunidades rurais e indígenas e seus inúmeros potenciais. Daí

que iniciativas públicas e privadas passem a apoiar o desenvolvimento das comunidades. Essas iniciativas serviram para elencar perspectivas econômicas e, ao mesmo tempo, promover a preservação dos territórios (MALDONADO, 2009).

No Brasil, ainda não foram definidos uma definição específica para o TBC em UCs, devido a sua complexidade de atividades e ações (CORIOLANO, 2008). Porém, foram implementadas já iniciativas governamentais que visam promover ações para tal segmento. No ano de 2008, por exemplo, o Ministério do Turismo (Mtur), com base em edital, visou promover ações continuada através de parcerias públicas e privadas tendo como foco o desenvolvimento do TBC nos entornos das UCs. Em 2009 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) também promoveu seminários temáticos para discutir as características das UCs, das comunidades locais e do segmento do TBC (BETTI, 2014).

As UCs existentes no Brasil, assim como seu entorno, possuem um grande acervo de espécies que contribuem para a diversidade ambiental. Com o intuito de conhecer, desfrutar dos atrativos e realizar estudos dentro das UCs, é que se vislumbra a atividade turística de natureza comunitária e em territórios rurais. Com efeito, o turismo nessa forma local tem o objetivo de desenvolver ações de maneira sustentável, beneficiando todos coletivamente (COSTA JÚNIOR, 2014).

Todas essas conexões promovem um diálogo de trocas entre o visitante e o comunitário. No entanto, é preciso que os comunitários estejam no controle da atividade, haja vista que são comunidades tradicionais e que precisam ser preservadas. Além disso, eles possuem reuniões, encontros e momentos coletivos que precisam ser desenvolvidos sem a presença de visitantes ou turistas. A percepção sobre essas limitações tem relação direta com a autonomia das comunidades e a forma de lidarem com a atividade turística (SCHNEIDER, 2006).

Vale apontar que a atividade turística embasada em potencializar as tradições e os atrativos comunitários pode ser uma solução para os conflitos fundiários, demarcações territoriais e de exclusão do uso dos recursos naturais – como se expôs, tão presentes entre a gestão das UCs e as comunidades locais. A justificativa pode ser relacionada com a aproximação entre esses dois atores e os possíveis diálogos que podem vir de tais conexões (COUTINHO; SAMPAIO; NITSCHKE, 2012).

A título de exemplo, vale citar experiências relatadas pelo ICMBio acerca do TBC. O primeiro exemplo se refere à Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim (RJ). No caso, a UC apostou no incentivo ao TBC e no apoio da comunidade local para o desenvolvimento efetivo. O segundo caso é do Parque Nacional do Pico da Neblina. Nesse exemplo, o TBC apareceu como ferramenta de apoio e preservação dos Yanomami incentivando suas culturas. E um terceiro caso ilustra a Área de Proteção Ambiental de Petrópolis, onde o TBC foi implementado para incrementar a renda dos moradores (ICMBio, 2018).

Outro exemplo a mencionar é o da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, criada em 2004, e que se encontra localizada a 250 km de Manaus, no estado do Amazonas. As principais atividades realizadas dentro dessa RDS em conjunto com as 20 comunidades localizadas em seu entorno são: agricultura familiar, pesca comercial e o turismo de base comunitária rural relacionado à pesca esportiva e o extrativismo de produtos florestais (KOURY; GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Para a concretização da atividade, foi elaborado um documento denominado Plano de Uso Público (PUP), que visou orientar os comunitários sobre as formas de uso e manuseio das áreas dentro da reserva, além de promover o conhecimento sobre as características locais e conseqüentemente o desenvolvimento da atividade turística (KOURY; GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Analisando todos esses casos, nota-se que a atividade turística só será benéfica se houver envolvimento comunitário em todas suas etapas. Para isso, torna-se essencial o diálogo entre todos os envolvidos na UCs, para que sejam pensadas maneiras para sanar os conflitos sejam eles motivados pela exclusão sobre o uso dos recursos, pela falta de ações públicas ou pela questão fundiária e das demarcações territoriais.

Pensando nessa questão, vale agora analisar a realidade da implementação do turismo comunitário no estado de Minas Gerais, com a perspectiva de exemplificar a realidade em âmbito estadual.

O desenvolvimento do TBC em Minas Gerais: Linhas de fronteiras e possibilidades de conexões

O estado de Minas Gerais é marcado pelas suas cidades coloniais e históricas que são repletas de traços do passado que se mantêm preservados até os dias atuais. Os acervos são diversos, tais como as tradições, atrativos históricos, culturais, religiosos, além da diversificada culinária.

Atrelados a esse acervo, têm-se os atrativos naturais, presentes em maior proporção nos entornos das cidades coloniais mineiras, de que são exemplos as UCs sob supervisão do Instituto Estadual Florestal (IEF).

O desenvolvimento da atividade turística, no estado mineiro, é incentivado por meio dos Circuitos Turísticos, que foi idealizado pela Secretária de Estado de Turismo (SETUR), em conjunto com o Plano Nacional de Turismo (PNT). O objetivo de tal ação é divulgar as potencialidades mineiras e promover o desenvolvimento dos setores embasados no turismo através da demanda de visitantes. Um elevado número de cidades mineiras tem apostado nesse tipo de proposta de realizar a atividade turística em conjunto com a cadeia de atividades que compõem o setor (EMMENDOERFER; MORAES; FRAGA, 2016).

No dia 7 de janeiro de 2021, foi sancionada pelo governo de Minas Gerais a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, por meio da lei n.º 23.763. De acordo com as normas da legislação, são objetivos da lei o incentivo do turismo por meio de grupos familiares e comunidades, e por meio do desenvolvimento dos empreendimentos econômicos fundamentados no princípio da solidariedade. Além disso, a atividade também deverá promover ações participativas, manejos sustentáveis das áreas ambientais e a valorização cultural das comunidades.

A título de ilustração, em entrevista realizada em outubro de 2021, pelo Jornal de notícias de Pará de Minas (GR News), como secretário de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas Oliveira, infere-se o entendimento governamental sobre a questão da aplicabilidade da lei e do turismo participativo. O secretário relatou que a concretização de tal lei é uma resposta antiga às demandas dos órgãos ambientais e comunidades tradicionais, haja vista que o estado de Minas Gerais possui um diversificado número de comunidades com potencialidades, saberes e tradições que

podem ser compartilhados. Além disso, o desenvolvimento da atividade será uma oportunidade de ganhos econômicos, troca de experiências entre os comunitários e visitantes.

A Secretária de Estado de Cultura e Turismo (SECULT) iniciou a elaboração de um projeto em fevereiro de 2021 que visou o fomento do turismo de base comunitária no estado mineiro. Os objetivos do projeto têm, entre outras premissas, realizar mapeamento das áreas propícias ao desenvolvimento da atividade e, ao mesmo tempo, promover a aproximação entre as comunidades e as UCs.

Vale analisar aqui a realidade do desenvolvimento do turismo de base comunitária em algumas UCs e nas comunidades dos entornos, para entender de fato como tais realidades se encontram antes da implementação de tal lei e seus desdobramentos já que tais realidades ainda são pautadas em ações minimizadas dentro das UCs e entornos.

O projeto desenvolvido através do edital de Chamada Pública do Ministério do Turismo n. 001/2008, com valor de financiamento de 150 mil reais, é um exemplo do desenvolvimento do TBC nas regiões mineiras. O estudo sobre boas práticas do TBC desenvolvido no interior do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) visou promover o desenvolvimento do turismo embasado nas potencialidades e comunidades tradicionais (MORAES; MENDONÇA; PINHEIRO, 2017).

Quando se pensa no desenvolvimento do TBC, seja em Minas Gerais ou em outras regiões e estados do Brasil, precisa-se pensar, também, na questão dos impactos que o desenvolvimento de tal atividade pode gerar seja para o meio onde é inserido ou ainda relacionado ao uso dos saberes, culturas e tradições, no tocante à questão fundiária.

Por último, há que se destacar o exemplo do Parque Nacional do Caparaó (PNC), criado em 1961 e localizado no leste de Minas Gerais. Nessa UC, a regularização fundiária também não está equacionada. Os resultados são inúmeros conflitos de uso e demarcações territoriais de suas áreas. Além disso, não há repasse de verbas governamentais, dificultando melhorias no parque (TORRES; CONSENZA, 2017).

Atrelada à questão fundiária, o desenvolvimento do turismo tem criado novos problemas. No caso, a atividade tem promovido um grande fluxo de visitantes chegando no ano de 2014 a 43.377 visitantes e arrecadando um montante de R\$ 542.221,25. Esses valores são resultantes das taxas cobradas pelos passeios guiados e atividades desenvolvidas dentro e no entorno da UC (TORRES; CONSENZA, 2017). Ocorre, entretanto, que o grande afluxo de visitantes tem sobrepulado a capacidade de carga da UC. Segundo pesquisa realizada pelo ICMBio em 2015, sobre o número de visitantes nota-se um número elevado, onde em 2015 o parque recebeu o número de 54.500 mil visitantes. Já através da pesquisa realizada pelo Observatório de Turismo de Minas Gerais no ano de 2019, apontou que o parque recebeu em 2019: 123.358 mil visitantes e em 2020 foram 17.529 que devido a pandemia diminuiu-se o fluxo.

Portanto, ao se pensar no desenvolvimento do TBC nos entornos das UCs, toca-se na questão de como ele será desenvolvido, pois essas comunidades têm tradições, saberes e costumes que, em dados momentos, são realizados de forma comunitária e sem a presença de outros autores que fazem parte dos rituais comunitários, caso dos turistas, por exemplo.

Além disso, é preciso se analisar se de fato tais comunitários estão preparados para ensinar, compartilhar e, mais importante, se eles também querem e acham de fato que o turismo deveria ser implementado em suas comunidades. Tudo isso deve ser pensado no planejamento da atividade, para que o TBC não se torne mais um empecilho ou forma de conflito e desentendimento comunitário que tais comunidades já vivenciam em sua relação histórica com as UCs. Portanto, a efetividade da atividade turística só será benéfica se inserir as comunidades em todos os processos de planejamento e execução. Pensando nesta perspectiva é que chegamos ao turismo no PEBI e sua relação com as comunidades de seu entorno.

O desenvolvimento de atividades turísticas dentro do PEBI e seu entorno

Como já assinalado, o PEBI, gerido pelo Instituto Estadual das Florestas (IEF), possui aproximadamente 17.000 hectares de extensão territorial e está inserido na Serra do Espinhaço, no município de Diamantina, Minas Gerais.

O PEBI possui vários atrativos como as cachoeiras da Sentinela, Cristais e Palmital, pinturas rupestres, a Lapa dos Tropeiros e trilhas que apresentam uma rica fauna e flora, onde é possível encontrar frutos nativos como mangaba, cagaita, gabioba, pequi e outros. Outro atrativo importante do parque são as ruínas da Fazenda Duas Pontes, considerada a única moradia que existia entre Diamantina e Mendanha e que possuía uma venda, além de servir de pouso para os viajantes e tropeiros do passado. A fazenda se encontra no Caminho dos Escravos, construído no século XVIII pelos escravos (IEF, 2021).

As principais atividades relacionadas ao turismo que são desenvolvidas dentro do PEBI estão relacionadas à prática de ecoturismo e do turismo de natureza, que são realizados por meio de passeios guiados aos atrativos naturais e históricos. No caso do ecoturismo, vale registrar, a atividade é desenvolvida por meio de eventos e com o apoio e o incentivo do IEF.

Nota-se, portanto, que a atividade ecoturística que é desenvolvida dentro do PEBI é organizada em conjunto com diferentes setores e atores do chamado *trade* turístico. Porém, é preciso destacar que as comunidades do entorno poderiam ser inseridas como um atrativo seja em função do contexto tradicional ou gama de serviços e atrativos.

Diante disso nota-se que as atividades de ecoturismo, principalmente de visitas guiadas, ainda se encontram aquém do esperado, já que foi apontado pelo documento do Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, desenvolvido no ano de 2009, que um dos empecilhos do PEBI seria o turismo desordenado e predatório (AZEVEDO, 2009).

Com efeito, em campo, notamos que ainda falta fiscalização principalmente nas áreas de cachoeiras, que têm recebido grandes fluxos de turistas e visitantes, os quais, além de sobrecarregar tais áreas, fazem uso de fogueiras e jogam lixo pelas trilhas, o que culmina em degradação ambiental.

Com relação à efetividade do turismo, ainda se nota que há diversos empecilhos relacionados aos conflitos de uso dos recursos naturais, falta de inserção comunitária e valorização das atividades relacionadas ao turismo que são desenvolvidas pelas próprias comunidades.

Nota-se que apesar do PEBI não estar aberto à visitação de acordo com os empecilhos relacionados à questão fundiária, o parque, ainda assim, recebe um grande fluxo de visitantes e turistas, principalmente nos feriados, festividades e nos finais de semana. Por fim, o uso excessivo dos recursos naturais torna-se também um obstáculo para a consolidação da atividade turística, algo que deve ser resolvido por parte dos órgãos responsáveis pela unidade de conservação:

Porém, existe um grande entrave ao desenvolvimento ordenado do turismo no interior e entorno do Parque, já que a UC não encontra-se oficialmente aberta à visitação, uma vez que a regularização fundiária ainda não foi realizada e a infraestrutura de apoio à visitação e gestão do Parque tampouco foi implantada. Ainda, as comunidades reclamam que, frequentemente, sofrem multas devido à fiscalização que o órgão gestor exerce nas plantações realizadas por elas. Quando foi questionado o motivo da não regularização a fim de uma prevenção contra as multas, as comunidades alegaram que são cobradas taxas muito altas. Fazendo uma comparação, um morador da comunidade de Córrego Fundo versou que as taxas cobradas equivalem muitas vezes aos lucros que a produção pretende atingir, o que inviabiliza a regularização de suas plantações. Além disso, outro grande problema apontado diz respeito à morosidade dos processos burocráticos. A regularização, segundo moradores locais, demora por vezes cerca de três meses, enquanto a necessidade do plantio se faz imediata. Isso faz com que os moradores cultivem sua produção antes mesmo de liberadas as permissões para desmate, podendo acarretar novamente em multas (SOUZA; SCALCO; XAVIER, 2012, p.117).

Vale analisar aqui que, para a efetividade dessas atividades atreladas com as realizadas dentro do PEBI, faz-se necessário resolver os empecilhos existentes entre a comunidade e a gestão, sejam os de cunho fundiário, seja relacionado com as limitações e proibições ocasionadas pela criação da UC.

Portanto se faz necessária à elaboração de políticas públicas coletivas e um turismo que promova a aproximação entre as comunidades, órgão gestor e turistas. Almejando isso é que se propôs a proposta de criação do TBC na Comunidade do Pinheiro. O que visou potencializar as culturas, os saberes, as tradições, os territórios coletivos tradicionais, enfim, tudo aquilo que podia ser desenvolvido de forma coletiva por meio do turismo.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

A comunidade de Pinheiro está localizada na porção norte do PEBI. O acesso à comunidade é feito, primeiro, por meio do bairro Cidade Nova, ao que, depois, segue-se pela estrada da Cachoeira da Sentinela, passando pelo Mirante do Guinda, até chegar a Pinheiro. O percurso é por estrada de terra e, no caminho, existem placas indicativas para se alcançar o povoado. A distância é de 20 km e se faz, em média, durante 30 minutos. É possível ir de carro de passeio, moto ou bicicleta. Na Figura 1, vislumbra-se a localização da comunidade de Pinheiro.

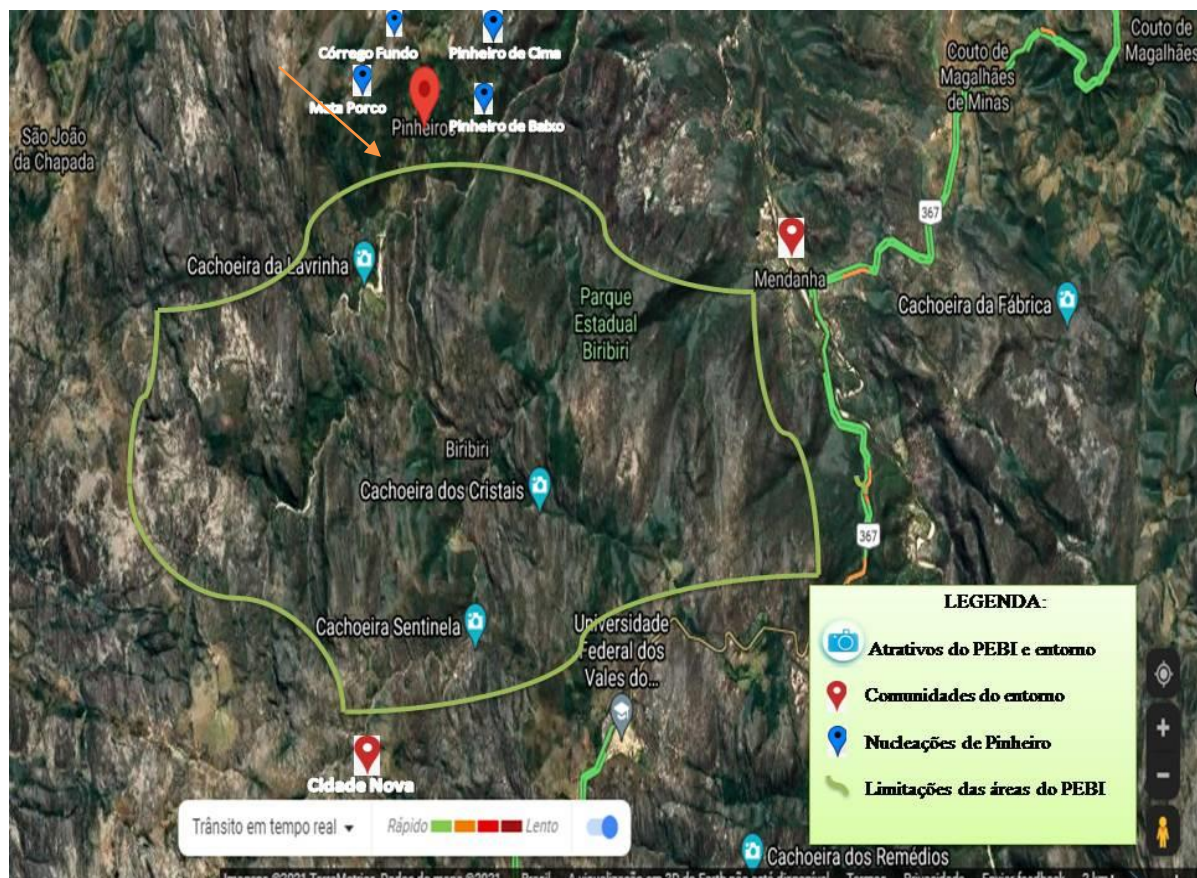


Figura 1: Localização da comunidade de Pinheiro.

Figure 1: Location of the Pinheiro community.

Fonte: Google Earth, elaborado pelos autores, 2022

Source: Google Earth, prepared by the authors, 2022

Descrição da pesquisa

Trata-se de pesquisa natureza qualitativa e descritiva. Numa primeira etapa, a investigação compreendeu uma revisão bibliográfica. Foi feito um levantamento de documentos, livros e trabalhos acadêmicos que tematizam o objeto da pesquisa. As fontes bibliográficas foram identificadas por meio de buscadores digitais, como o do Google Acadêmico, por meio de escrutínio em repositórios digitais de revistas acadêmicas, e também por levantamento de livros fixos, notadamente de acervo pessoal. A idéia foi levantar dados que pudessem subsidiar tanto uma discussão teórica mais geral sobre a relação entre turismo, conflitos fundários, áreas ambientalmente protegidas e comunidades tradicionais, quanto indicações sobre o contexto histórico, natural, cultural da comunidade do Pinheiro.

Para isso, foi realizada a análise documental aprofundada do Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri, onde se buscou analisar as demarcações territoriais desta unidade de conservação e as caracterizações sobre a comunidade de Pinheiro, na perspectiva de visualizar os recursos naturais utilizados, a localização da comunidade de Pinheiro dentro do mapeamento territorial, seu povoamento e as limitações do PEBI frente às áreas comunitárias.

Para a complementação de dados, também, realizou-se uma análise do livro de atas das reuniões da comunidade. Esse documento é um livro que os comunitários usam para fazer anotações sobre as demandas locais, atividades sociais, encontros, etc. A análise do material abarcou o período de 1998, data da

criação do PEBI, a 2021. O material mostrou-se proveitoso para entender as características tradicionais da comunidade do Pinheiro, as formas de organização comunitária, o cotidiano das famílias, bem como as reivindicações dos seus habitantes perante a administração do PEBI.

Na segunda etapa, foi realizada a pesquisa de campo, tomando como referências os seguintes atores: gestão do PEBI, representante da comunidade de Pinheiro e Comunidade local de Pinheiro. Os primeiros contatos ocorreram com a gestora do PEBI: Emilia dos Reis Martins e com o representante da comunidade: Evaldo José Pinto. A realização dessas entrevistas (gestão e representante da comunidade de Pinheiro) ocorreu no período de fevereiro a março de 2020, já com a comunidade local de setembro a dezembro de 2021.

O desenvolvimento da entrevista com a gestora do PEBI ocorreu, por meio de agendamento. Na oportunidade, foram discutidas temáticas sobre a criação do PEBI, a relação do parque com as comunidades e sobre as ações que foram desenvolvidas ao longo dos anos. Em complemento aos dados dessa entrevista, para um apontamento mais preciso de tais ações, foi realizado um levantamento histórico nos documentos do IEF, em busca de ações realizadas de 1998 a 2020. Posteriormente, as ações foram organizadas e elencadas, conforme se observa em figura deste artigo.

No encontro com a gestora no IEF, além das ações, buscou-se coletar informações tanto sobre os conflitos existentes com a comunidade como as propostas de desenvolvimento turístico local. Na posse desses dados, é que se seguiu a entrevista como o representante da comunidade do Pinheiro, inclusive para contrapor visões. O roteiro de entrevista foi composto pela apresentação das ações apontadas pela gestora para que ele pudesse apontar de fato quais haviam sido desenvolvidas. Como complementação de dados, também foram levantadas questões sobre os conflitos advindos da criação do PEBI e as perspectivas da comunidade em relação à atividade turística.

Após esta primeira etapa de campo, também foi aplicada entrevista com o público-alvo da investigação. No caso, comunitários, com faixa etária entre 50 e 80 anos e que possuem memórias e lembranças sobre as mudanças ocorridas na comunidade antes e posteriormente a existência do PEBI.

Na comunidade, existem, atualmente, 262 comunitários, destes 113 são da faixa etária da pesquisa. Devido à pandemia da COVID-19 e as restrições de acesso que foram impostas à comunidade, e também, pelo fato destes comunitários serem do grupo de risco, foram abordados 8 comunitários para as entrevistas. De qualquer forma, outros comunitários desta faixa etária acabaram também participando da investigação, notadamente em momentos exploratórios, a exemplo de conversas informais e observação em campo. Este número coletado nestes três momentos, soma-se com os relatos do representante que possui a mesma visão dos comunitários confirmando as percepções e contribuindo para a efetividade dos dados aqui apresentados.

O critério de escolha desses entrevistados baseou-se em critério de antiguidade, em especial sobre pessoas expoentes da memória coletiva local, que vivam na região antes de 1998 e que vivenciaram a criação do PEBI. Na ocasião, as conversas versaram sobre a realidade das políticas públicas, a questão fundiária e seus conflitos, e as possíveis perspectivas de desenvolvimento da atividade turística

embasada na coletividade, bem como assuntos sobre memórias, agricultura e percepções locais do quadro social atual.

Na primeira visita, foi feita a mobilização comunitária. Devido à pandemia da COVID-19, o encontro ocorreu na sede e apenas com o representante da comunidade que se encarregou de repassar à comunidade as informações apresentadas. No encontro, foram apresentados os objetivos do estudo e tematizados assuntos sobre turismo e conflitos pelos quais a comunidade tem passado. Após a redução da disseminação da pandemia da COVID-19, foram agendadas visitas à comunidade. Nessas oportunidades, foram feitas observações do cotidiano da comunidade para levantamento da realidade atual e concreta da comunidade do Pinheiro perante o PEBI.

A observação de campo ocorreu uma vez por mês aos domingos, no período de 2019, no início da pesquisa, até os meses finais de 2021. Em decorrência da pandemia da COVID-19, algumas idas à comunidade, por precaução, tiveram que ser canceladas.

Os encontros visaram observar a rotina dos moradores, suas atividades e relatos espontâneos por meio de conversas e diálogos informais. Posteriormente no mês de setembro a dezembro e 2021 foram apresentadas, o termo de consentimento, o roteiro de entrevista e realizada as aplicações.

O roteiro de entrevista foi composto por 25 questões e subdividido em 8 sessões temáticas sendo elas: identificação comunitária; práticas produtivas; percepções e expectativas; infraestrutura local; questão fundiária; políticas públicas; unidade de conservação do PEBI e proposta para a inserção do turismo comunitário. O objetivo desta entrevista foi levantar dados sobre a forma de vida tradicional, as mudanças ocorridas após a inserção do PEBI e quais são as expectativas futuras, trazendo assim, a questão do turismo como perspectiva de desenvolvimento local e resolução de conflitos.

A entrevista com a comunidade ocorreu no mês de setembro a dezembro de 2021 e devido à pandemia foi realizada a abordagem na rodoviária da cidade de Diamantina, durante a vinda dos comunitários pré-selecionados em campo à cidade para consulta médica.

Posteriormente foram agendadas visitas aos entrevistados. Esses encontros ocorreram em dois domingos e em dois dias da semana do mês de janeiro de 2022. Deve-se registrar que essas visitas foram acompanhadas pelo representante da comunidade de Pinheiro, com o objetivo de coletar dados complementares e responder questionamentos que surgiram com o desenvolvimento da análise de dados.

A análise dos resultados consistiu em realizar uma sistematização de todo material coletado em todas as etapas da pesquisa. Posteriormente, foram montadas análises textuais, gráficas, porcentagens e trechos sobre os relatos de campo na perspectiva de apresentar de forma efetiva todos os dados coletados.

Importa registrar que todo esse exercício foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM, sob o processo n. 39421820.2.0000.5108.

Resultados e discussão

A comunidade de Pinheiro possui uma gama de atrativos e produtos que podem ser aproveitados pelo TBC desde que seja feito como mencionado anteriormente o planejamento coletivo de todas as etapas da atividade e a análise dos impactos resultantes de tal inserção. Voltando a questão das potencialidades é apresentada a tabela (1) com os atrativos naturais, históricos e culturais da comunidade de Pinheiro, além disso, apontaram-se propostas que podem ser desenvolvidas futuramente na comunidade:

Tabela 1: Atrativos da comunidade de Pinheiro.

Table 1: Pinheiro community attractions.

TIPOS	ATRATIVOS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	PROPOSTAS PARA A INSERÇÃO DO TBC
Naturais	*Cachoeira Lava Pés *Rio Pinheiro *Prainha Pinheiro *Flores de Sempre viva	*Coleta de Sempre-Viva *Coleta de Lenha	*Criação de roteiros na cachoeira, rio Pinheiro e prainha *Inserção de guia comunitário *Criação de atividades de punho esportivo e contemplação da natureza
Culturais	*Calvagada *Quadrilha * Folia de Reis *Violeiros *Festa de São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição	*Organização coletiva dos eventos: culturais e religiosos *Realização de reuniões para organizar todos os processos de realização e divisão de tarefas e demandas entre os comunitários	*Criação de eventos culturais *Criação do calendário das festividades culturais e religiosas com o intuito de promover a divulgação
Gastronômicos	*Culinária em fogão a lenha * Horta Comunitária	*Produção de pratos típicos: (frango com quiabo, samambaia com costela, o angu doce com queijo e a couve com angu) *Plantação de verduras e frutas e produção de temperos típicos: (urucum, louro e ervas verdes) *Produção quitandas e doces *Produção de café *Criação de galinhas	*Criação do dia de vivência onde o turista participa dos processos de produção *Evento gastronômico das comidas típicas *Feira gastronômica e rural para apresentar e vender os produtos
Históricos	*Igreja de São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição	*Organização coletiva e divulgação da festa religiosa	*Roteiro de visitação a igreja com relato do seu contexto histórico

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Source: Prepared by the authors, 2022.

Na Tabela 1 foram apresentados os atrativos da comunidade de Pinheiro, levantados em campo, notou-se que a comunidade tem uma diversidade de atrativos sejam eles naturais, culturais, gastronômicos ou históricos, uma característica marcante a ser destacada aqui seria a forma de organização e desenvolvimento, onde notou-se a presença da coletividade, dos traços de saberes, memórias e tradição que caracterizam o TBC.

Além do levantamento dos atrativos e a descrição das atividades coletivas, foram elaboradas possibilidades diante da percepção do quanto são importantes tais atrativos e que podem ser apresentadas tais sugestões futuramente ao representante e comunidade na perspectiva de organização das atividades de punho turístico. Destaca-se aqui que todo este processo deve ser mais bem trabalhado em pesquisa futuras na perspectiva de análise de impactos e possibilidades que promovam retornos comunitários.

Trata-se de uma comunidade ruralizada e cujos saberes tradicionais são repassados de uma geração para outra. Muitas atividades sejam econômicas, políticas e culturais, são realizadas de forma coletiva e se baseiam em saberes compartilhados em territórios coletivos.

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada “comunidade tradicional” se constitui nesta passagem. O significado de “tradicional” mostra-se, deste modo, dinâmico e como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista e de fixidez de um território, explicado principalmente por fatores históricos ou pelo quadro natural, como se a cada bioma correspondesse necessariamente certa identidade. A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado (ALMEIDA, 2018, p.118-119).

A questão dos territórios coletivos na comunidade de Pinheiro, como já se disse, invariavelmente colide com a lógica protecionista da administração do PEBI. Onde pontificam dois lados para serem analisados: de um lado, tem-se a gestão do IEF que objetiva a proteção ambiental dos lugares onde se encontram as delimitações dos territórios de proteção ambiental definidos por lei; e de outro lado, reside a comunidade tradicional de Pinheiro que historicamente utilizam o seu território para a reprodução de atividades tradicionais.

Com efeito, vale discutir a importância da valorização dos territórios comunais e a importância de se preservar a forma de uso do território pelos comunitários, que são baseados também na coletividade e na preservação dos bens naturais, pois,

como se verificou em campo, na visão deles, os saberes tradicionais e locais estão interligados com a conservação dos bens naturais e culturais da comunidade.

Nesse sentido, tanto o PEBI quanto os territórios tradicionais onde se encontra a comunidade de Pinheiro podem ser considerados territórios. O PEBI pode ser definido como um território com espaços definidos seguindo as diretrizes do plano de manejo. Em seu entorno, existe a comunidade de Pinheiro que realizava o uso dos recursos naturais para seu subsídio diário nos quais podemos destacar: coleta de lenha, água das nascentes, criação de plantação embasada na agricultura familiar. Com a criação do PEBI, em 1998, foram desmarcadas novas formas de uso impactando diretamente a comunidade, que, por sua vez, teve que se adaptar e se reinventar para se manter perante a nova realidade:

“Vou lhe contar a nossa vida mudou muito e tivemos que nos adaptar sabe com a nova realidade, foram as cercas, as novas demarcações, a proibição de colher lenha, de soltar nossos animais pelos pastos pois tudo tinha uma cerca. A gente durante este tempo todo tentado guardar nossas memórias e continuar nossas atividades de forma coletiva e vamos sempre nos ajudando sabe, então se tem uma festa nos reunimos antes lá por um mês pra dar tempo de organizar tudo e aí cada um faz algo e assim acho que mantemos nossa coletividade” (Fala do representante da comunidade de Pinheiro, 2021).

“Nossa vida não é mesma e nem todo mundo que morava aqui ainda mora, quando este parque chegou foi difícil para gente porque não entendia nada e tudo era proibido, a nossa saída foi continuar nos unindo e nos ajudando tentando pelo menos manter o que a gente fazia a anos e que foi ensinado pelo meu pai ou meu avô a um bom tempo atrás, acho que quando a gente une fica tudo fácil e conseguirmos ir nos ajudando, a gente sabe a importância da preservação para gente aqui e ao mesmo tempo a gente sabe que manter nossas festas, saberes é uma forma de manter viva a nossa comunidade” (Fala Morador A sobre a forma de coletividade e de reprodução da comunidade, 2021).

Nessas falas, fica nítido que a questão dos territórios e de seu uso é fundamentada na coletividade e na forma de manter viva as tradições e saberes que são repassados pelos mais antigos comunitários. Essa relação de afeto e laços coletivos entre eles também pode ser analisada aqui como uma forma de resistência sobre a nova realidade em que foram lançados.

Prova disso, são os achados vislumbrados nos cadernos de reuniões da assembleia da comunidade. Como se observa nessa fonte documental, todas as atividades e ações comunitárias são realizadas de forma coletiva, através de reunião comunitária realizada na Associação Distrital Prol Desenvolvimento da Vila Pinheiro, que foi fundada em 1986 pelos próprios comunitários.

As reuniões da comunidade iniciaram-se no dia 24 de agosto de 1986, elas eram compostas por membros da comunidade, faziam parte das reuniões: presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira e conselho fiscal.

As plenárias começavam com o objetivo de levantar as demandas e necessidades que os moradores detinham. Nessas oportunidades, eles tinham um representante da comunidade que, junto com os demais membros, buscavam soluções para o melhoramento da comunidade.

Eles relatavam no presente caderno de reuniões, as rotinas diárias, custos de gastos, organização de eventos, projetos e atividades que realizavam ou que precisavam ser levadas pelo representante à prefeitura para efetivação e aprovação.

Uma ação que mostrava a questão da tradicionalidade e coletividade foi à organização da horta comunitária. As pessoas da comunidade se mostravam muito unidas e quando precisam realizar algum trabalho montavam mutirões, como o mutirão agrícola onde todos ajudavam a montar a horta comunitária. O grupo de mutirão agrícola teve seu início em janeiro de 1992 onde as pessoas preencheram o cadastramento agrícola para plantio da roça e hortas comunitárias.

Com relação à horta, eles selecionavam as pessoas da comunidade que tinham funções de plantar, regar e cuidar dos canteiros, e, no final, todos se reuniam e comemoravam o desenvolvimento do trabalho:

“Vamos escalar pessoas para molhar a horta. Precisamos plantar isso, temos que fazer o canteiro, arrumar o esterco para mudar as plantinhas que estão nas bandejas” (Trecho do livro das atas da reunião sobre a convocação comunitária, p.66, 1992). As verduras plantadas eram vendidas e também doadas às instituições de caridade.

“Vamos precisar de pessoas amanhã bem cedo. A atividade vai ser de plantar as verduras da horta e também para arar a terra que está perto da cerca pois tem galinha e animal comendo, então vamos mudar de lugar” (Trecho do livro das atas da reunião sobre a convocação comunitária, p.86, 1992)

Outro indicativo dos traços coletivos está relacionado à questão das estradas de acesso à comunidade. Nos cadernos das reuniões, identificamos situações em que os moradores fizeram o percurso e foram anotando trechos e posteriormente foi realizada a reunião com o apontamento dos locais precários. Ademais, como havia problemas e confrontos com o Biribiri, que ainda operava na década de 90, os comunitários procuram buscar apoio e ajuda do prefeito através de carta coletiva.

Existiam também outros mutirões como o de mão-de-obra para montagem da sede e casas, mutirão da água onde todos ajudavam com o encanamento da rede de água. Existiam também os mutirões festivos quando as pessoas organizavam as festas religiosas, recolhendo donativos, montando barraquinhas, fazendo comidas típicas e ajudando no desenvolvimento da festa. Por exemplo, no dia 15 de abril de 2007, foi realizado uma reunião para pensar nas ações para realizar a festa de São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição:

“então ficou combinado que todos se uniriam e cada um ia fazer uma parte: um monta as rifas, outro organiza as barraquinhas, outros organiza as comidas a pede patrocínio e no dia todo mundo, vai ajudando em cada coisa, e todo mundo pode ir dando apoio”(Trecho da ata de reunião sobre a organização dos mutirões, p.121, 2007).

A comunidade ativa que ainda reside em Pinheiro, além de realizar essas atividades coletivas em prol da comunidade, também executa trabalhos extras para ajudar no complemento de suas aposentadorias. Os homens além de ajudar no plantio de hortas e dar suporte às mulheres, igualmente realizam trabalhos de pedreiro, carpinteiro e auxílios em construções civis da comunidade ou da sede.

O garimpo também era uma forma de renda para a comunidade. Os pais levavam os filhos para aprenderem os ofícios da extração. A atividade garimpeira foi bastante predominante até que, em meados dos anos de 2000, as grandes empresas mineradoras paralisaram suas operações, em função das fiscalizações e legalizações ambientais, o que levou os jovens migrassem para a cidade em busca de novas oportunidades (MORAIS, 2014).

Uma atividade apontada pelos comunitários que fazia parte de sua tradição e coletividade era o extrativismo vegetal, coleta de lenhas e produtos nas áreas do parque, criação de gado e cavalos que tinham áreas livres para pastagem (Tabela 2).

Tabela 2: Atividades tradicionais realizadas antes de 1998 e posteriormente:

Atividades	Antes da inserção do Parque	Posteriormente a inserção do Parque
Garimpo	<p>“Era uma atividade coletiva da gente, íamos todos juntos e sempre achava algo”.</p> <p>“Eu gostava saia cedo para o garimpo e voltava de tarde e levava meu filho que tava era apreendendo”</p> <p>“Olha eu consegui comprar muitas coisas com o que tirava lá, foi móvel de sala, ferramenta e até um fogão a gás”.</p> <p>“O garimpo era tradicional aqui e tinha gente de vários lugares, todo mundo gostava e saia cedo, os jovens iam juntos pra aprender e a gente conseguia ganhar algo lá”.</p>	<p>“Quando eles começaram a demarcar aqui e ali e falar do rio, já víamos que o garimpo ia acabar.”</p> <p>“Tinha empresas que trabalhavam lá e a gente mexia pra eles, lá pra 2000 foram tudo fechada, acho que porque teve multa”.</p> <p>“Eu entendia que precisava preservar o rio, mais a gente trabalhava com cuidado lá e sempre cuidamos de tudo aqui.”</p> <p>“Foi uma época difícil sabe de lembrar, meu filho com 14 anos de idade quis ir embora pra cidade e eu tive que deixar porque ele me ajudava muito era no garimpo”.</p>
Pecuária	<p>“No fundo da nossa casa, tem o rio e lá do outro lado ficava as vacas soltas no pasto, a gente distraia e ainda tinha leite todo dia”</p> <p>“Olha eu sou viúva e eu e meu filho todo dia saímos cedo para ir cuidar dos cavalos que tínhamos, eles ficavam lá pra cima daqui de casa, onde tinha pasto, a gente levava comida e ficava era o dia todo por lá”.</p> <p>“Meu pai gostava de vacas e herdou umas poucas do meu avo e depois passou para mim, eu gostava muito de cuidar delas que ficavam ali na frente depois do rio, era nossa distração aqui”.</p>	<p>“Quando o Parque veio, falaram com a gente amanhã vai passar uma cerca aqui e vai até lá porque o rio é do Parque e o nosso gado tivemos que vender porque não ia ter lugar de botar”.</p> <p>“O povo do Parque não avisou sobre a proibição, foram colocando cercas lá e aqui, e depois disso meu filho quis ir embora porque não queria vender os cavalos que era herança do pai, hoje só tem eu aqui ele só vêm lá pro final de semana”.</p> <p>“Depois do parque as vacas tiveram que ser vendidas e outras foram pegos pelos fazendeiros daqui de perto, hoje tem nada, só mato”.</p>

Continua...

...continuação.

Atividades	Antes da inserção do Parque	Posteriormente a inserção do Parque
Coleta de sempre-vivas	<p>“As mulheres iam cedo para coletar as flores, depois sentava e montava os arranjos e levava para vender”</p> <p>“Eu ia com minha filha e ensinava ela a colher, encontrávamos outras vizinhas e juntávamos lá até tarde, quando chegava montava as flores para vender na feira lá”</p> <p>“Eu aprendi com minha mãe a colher flor ia era todo mundo e depois levei minha filha também, a gente vendia tudo porque elas são lindas”</p>	<p>“Hoje em dia difícil achar destas flores aqui e a gente nem consegue pular cerca para procurar”.</p> <p>“Para colher flor acho que precisa deles autorizar e a gente daqui nem sabe se tem mais flor onde tinha”.</p> <p>“As sempre-vivas foi uma tradição nossa aqui que foi perdida porque hoje a gente não pode mais ir lá, deve ter uns 10 anos ou mais que não vou onde tinha dela porque eu não tenho idade pra pular cerca”.</p>
Extração de madeira	<p>“A gente saia junto com o sol para buscar lenha, porque tinha que achar era galho seco, fazíamos nosso fecho e voltava para fazer comida”.</p> <p>“Íamos todo mundo daqui de casa, enquanto uns colhia as flores, outros íamos nas lenhas e trazíamos era tudo”.</p> <p>“Aqui em casa a gente tem fogão de lenha então sempre que acabava lenha, tinha que buscar e aqui acha muita lá pra frente perto do mato”.</p>	<p>“Olha eles começaram a proibir a gente e falava que era pra proteger o meio ambiente, mais a gente busca mesmo não podendo porque precisa”.</p> <p>“Eu e minha família pensarmos foi em ir embora porque já teve vez de está vindo com a lenha e ser parado na estrada”.</p> <p>Meu menino me deu um fogão no ano passado mais eu gosto é do de lenha sabe, então eu vou no mato e busco lenha mais era melhor se a gente pudesse continuar com tudo de antes”.</p>

Fonte: Elaborada pelos autores. Dados Coletados em Campo.

Como é possível observar, as atividades que eram consideradas tradicionais pela comunidade ainda tentam se restabelecer. Frise-se que essas atividades eram e são realizadas de forma coletiva, o que nos traz mais uma característica do resguardo tradicional. Nessas atividades, é possível também notar os traços de compartilhamento de saberes entre os mais antigos e os novos comunitários. Percebe-se ainda que mesmo após a criação do PEBI em 1998, a comunidade busca manter suas tradições e entender de fato as justificativas de tais realidades que foram inseridas em decorrência da inserção do parque na região.

Quando se analisa cada atividade aqui apresentada, nota-se que os impactos sobre a comunidade do Pinheiro são notáveis, inclusive sobre a questão da pecuária. É que a maior parte dos comunitários possuíam gados e cavalos soltos livremente pelos pastos, o que os levou, após o cerceamento imposto pelos limites territoriais do PEBI, a se desfazer de seus animais, devido às suas propriedades não serem grandes.

Além disso, a questão das sempre-vivas e a lenha também são impactadas, devido à necessidade de a comunidade em obter renda e ou sustento por meio delas. No caso da primeira, vale lembrar que, na comunidade do Pinheiro, até hoje os alimentos são cozidos em fogão à lenha.

Nisso, interessante é que as comunidades situadas no entorno das UCs, como é caso da comunidade do Pinheiro, podem ser um atrativo diferencial para o turismo, pois conhecem o contexto a ser vivenciado e podem repassar essas informações aos visitantes, promovendo a integração e a troca de experiências entre

esses dois extremos. Neste caso, aqui destacou-se que ainda há o empecilho de localização da comunidade e as dificuldades de acesso.

Por conseguinte, no que diz respeito à contribuição do PEBI para o desenvolvimento do turismo, é possível perceber que a comunidade visa três pilares para promover o desenvolvimento do turismo de base comunitária através do PEBI, sendo que os principais meios de contribuição para isso estão relacionados à divulgação, incentivo local e a preservação dos atrativos naturais. No entanto, os comunitários acham que o parque poderia contribuir mais significativamente por meio do aumento da demanda de turistas para a comunidade, já que ela se encontra localizada no caminho a Vila do Biribiri, que recebe grandes fluxos de visitantes.

Todas estas sugestões para promover o desenvolvimento da atividade turística na comunidade do Pinheiro em consonância com o parque podem ser possíveis desde que haja uma aproximação entre a gestão do parque e a comunidade local. Notou-se ao longo desta pesquisa que a gestão já tem desenvolvido diversas ações coletivas na comunidade que tem promovido esta aproximação, o que se torna um caminho para construir ações futuras. Justifica-se aqui que para a consolidação de tal atividade como apontado anteriormente será preciso a construção coletiva.

Com relação às expectativas futuras da atividade turística na comunidade foi possível perceber que 80% dos entrevistados, percebem o cenário positivo de desenvolvimento da comunidade por meio do crescimento turístico, diante do aumento da demanda. Para que de fato essa realidade pensada pela comunidade aconteça, é preciso antes de tudo que a comunidade do Pinheiro seja inserida no processo turístico de punho comunitário.

Para isso, torna-se essencial, no caso da comunidade de Pinheiro, que sejam solucionados os empecilhos que impactam a comunidade, caso da questão fundiária. De imediato, deve-se chamar a atenção, mais uma vez, para as delimitações territoriais impostas à comunidade do Pinheiro, em razão da demarcação das áreas do PEBI. No caso, muitos comunitários relataram que tiveram suas terras em parte reduzidas em função das implantações das cercas:

“Olha no meu quintal era bem maior que isso, era as terras dos meus pais, e ia até lá depois do rio, eu tinha vacas pastando ali, devido à proximidade dele com o rio, por ele passar no fundo do meu quintal, depois do parque pegaram parte para fechar porque o rio fez parte daquele documento lá deles” (Relato do Morador A, sobre diminuição das terras em função da demarcação territorial do plano de manejo do PEBI, 2021).

Fica claro, portanto, que as demarcações territoriais não levaram em consideração as terras propriamente ocupadas pelos comunitários, que pertenciam aos seus antepassados. A isso se acrescenta a proibição das várias atividades relacionadas ao uso das terras, o que confere à expropriação territorial um caráter mais amplo.

Percebe-se que, apesar do distanciamento estabelecido entre a comunidade e o PEBI e os diversos conflitos e empecilhos apontados ao longo da pesquisa, nota-

se que há grande interesse por parte dos comunitários e da gestão em promover ações que aproximem o PEBI dos comunitários.

Tendo em vista a gama de atrativos, saberes e manifestações culturais presentes na comunidade de Pinheiro apontam-se aqui também a importância de se pensar em roteiros que potencializem a diversidade e a forma de viver dos comunitários. Como a principal atividade da comunidade é a agricultura familiar, uma proposta poderia ser um dia de vivência das atividades realizadas pelos agricultores, podendo os visitantes aderirem à comunidade participando de etapas do processo de produção agrícolas, além da organização das feiras livres para comercialização dos produtos, gerando trocas comunitárias.

Por ter diversos atrativos naturais, tais como cachoeiras (lava pés), podem ser pensados roteiros turísticos, contando com a participação da comunidade no acompanhamento dos visitantes, contação de histórias (memórias e tradições), trocas ou diálogos que fortaleçam os vínculos entre visitante/turista com a comunidade local. Além disso, podem ser traçados roteiros de contemplação da natureza, passeios de bicicleta, a cavalo, visita aos atrativos culturais, naturais e históricos dentro da Unidade de Conservação.

Durante a pesquisa de campo, percebeu-se que a comunidade tem um grande interesse em promover o turismo comunitário e acredita nas suas potencialidades, contudo o que falta é o elo de ação dos órgãos ambientais e públicos para que de fato o conhecimento dessas comunidades, seus atrativos, produtos e serviços possam ser divulgados e apreciados pelos visitantes, promovendo o desenvolvimento efetivo do turismo rural dentro da comunidade, pois de acordo com Fontana (2010, p. 269) “[...] *essa prática de turismo também pode contribuir para que aconteça a valorização das culturas locais, o resgate da história e a preservação do meio ambiente*”, vindo ao encontro do objetivo principal do Parque Estadual do Biribiri.

Por fim, percebeu-se que o TBC pode ser uma solução para aproximações institucionais e comunitárias. Porém, como nos outros casos aqui tratados precisa-se ainda resolver os empecilhos de cunho fundiário, posteriormente planejar a inserção de ações e o desenvolvimento efetivo do TBC dentro de Pinheiro.

Considerações finais

O Parque Estadual do Biribiri (PEBI) é uma unidade de conservação criada há 23 anos, com o objetivo principal de preservar e conservar seus atrativos, seja eles naturais ou históricos, e promover a visitação e conhecimento das pessoas sobre sua importância para a cidade e seu entorno. Em paralelo ao parque, encontram-se localizadas as comunidades do entorno, especialmente a de Pinheiro, foco deste estudo.

A comunidade de Pinheiro, pertencente ao entorno do PEBI, é uma comunidade que possui diversos atrativos, manifestações culturais, sociais e históricas. Os seus moradores conhecem todo o contexto socioambiental do lugar em que, tradicionalmente, habitam e vivem.

Notou-se, em campo, que o acesso a comunidade ainda se encontra precário, sem muitas placas de direcionamento, infraestrutura em estado ruim e não se possui um roteiro específico até a comunidade, diante disso veio várias vezes o

questionamento de quais seriam as possibilidades que fizessem com o que o turista fosse até Pinheiro? Diante da convivência desses quase dois anos pode-se responder que é uma comunidade repleta de saberes, atrativos como mencionados anteriormente e que podem ser compartilhados desde que seja inserida a participação comunitária em todas as etapas.

Na análise socioambiental, foi possível identificar que, tanto no PEBI quanto na comunidade de Pinheiro, há atrativos naturais e as possibilidades de desenvolvimento social por meio das organizações de eventos ou atividades coletivas, porém ainda há os conflitos socioambientais que precisam ser resolvidos, com destaque para o fundiário.

Já no quesito cultural e turístico percebeu-se que nos dois ambientes há uma imensidão de atrativos sejam eles naturais, históricos ou culturais que podem ser aproveitados para a atividade turística, de modo que se reafirma aqui a importância das ações coletivas.

Em razão dessa proximidade com a UC, procurou-se demonstrar que a comunidade de Pinheiro só será beneficiada se participar das atividades desenvolvidas dentro do parque como sujeito político. Há que se considerar que a própria institucionalidade local, isto é, a gestão do PEBI, reconhece a importância de estarem interligados com as comunidades.

Entretanto, para que tal intento realmente seja realizado, fazem-se necessárias algumas providências, quais sejam: inserção da comunidade nas reuniões do conselho consultivo. Sobre isso, notou-se ao longo dos diálogos e relatos que há um distanciamento e falta de voz ativa nas reuniões, o que acabou por promover a falta de representação comunitária. Diante disso faz-se necessária a implementação de ações, rodas de conversas, palestras, gincanas, por meio dos quais sejam apresentados os objetivos do PEBI e sua importância para seu entorno.

A esse propósito, na tentativa de suprir as demandas da comunidade de Pinheiro, pode ser pensado na construção do conselho consultivo, no qual além da discussão das pautas pendentes pode ser deixado um tempo para trocas de dúvidas, informações ou solicitações comunitárias, a exemplo das pautas das reuniões, cujos temas poderiam coincidir mais com as demandas da comunidade. Propõe-se, portanto, que as reuniões tenham tempo predefinido, ou seja, que as discussões institucionais não excluam as audiências e as solicitações comunitárias.

Outra atividade também seria a criação de eventos e projetos que beneficiassem a comunidade, seja econômica ou culturalmente, para que os moradores possam ter um retorno com as atividades advindas do parque. Notou-se, com base no levantamento do que já se encontra em desenvolvimento, ações de cunho comunitário por meio da gestão, muito embora ainda falte mais participação dos comunitários no desenvolvimento delas e do entendimento sobre os reais objetivos de tais atividades.

Como notado na pesquisa de campo, a principal atividade da comunidade é a agricultura familiar. Por esse motivo, torna-se essencial compreender a realidade produtiva local, haja vista as próprias diminuições das terras cultiváveis para fins da criação do PEBI, o que resultou na expropriação de saberes e fazeres tradicionais.

Durante a pesquisa, foi possível analisar o plano de manejo do PEBI para levantamento de informações da Unidade de Conservação e seu entorno. Ali, existem diversas ações e pautas que precisam ser analisadas mais profundamente e

revisadas. Um exemplo é a análise das zonas de interesse turístico e ambiental, onde se encaixa a comunidade de Pinheiro – malgrado até os dias atuais não tenha havido sugestões para a execução de atividades por parte da gestão. O fato é que esse plano de manejo precisa ser atualizado, uma vez que o documento foi elaborado no ano de 2004, ou seja, há 18 anos, e durante o período houve alterações nas estruturas e determinações das áreas do entorno. Com efeito, cumpre inserir novas informações para o melhoramento da atividade e para fins de consulta de futuras pesquisas que visem estudar esses locais.

Digno de nota é a questão fundiária. O que foi possível perceber é que, não só em Minas Gerais, mas em diversos lugares do país, a regularização das áreas públicas ambientalmente protegidas não está resolvida. Muito longe disso. No caso do PEBI, destacam-se a inexistência de documentos de comprovação das delimitações das áreas dos terrenos, recursos públicos para indenizar os proprietários, processos judiciais que se encontram demoradamente tramitando na justiça, entre outros fatores, que em última instância, acabam por prejudicar a própria consolidação do PEBI.

No caso da comunidade de Pinheiro há que se considerar as áreas demarcadas pelo plano de manejo que, em tese, compunham os fundos de quintais da posse tradicional. Mais recentemente, a isso se soma a especulação imobiliária nas áreas do entorno do PEBI, caso do assédio para o desenvolvimento de projetos imobiliários, de lazer e turismo, que tiram proveito das amenidades naturais da área.

O resultado é que a maioria dos jovens ou pessoas da própria comunidade passaram a migrar para a cidade, em busca de oportunidades, pois não vêem no campo uma saída, uma possibilidade. Razão pela qual se torna essencial valorizar a comunidade.

Sustentou-se que o turismo de base comunitária pode ser um caminho. Mas, para isso, a atividade precisa ser reestruturada, para que se encaixe no contexto tradicional vivenciado pela comunidade de Pinheiro. Notou-se em campo que a atividade turística convencional, aquela desenvolvida dentro do PEBI e na Vila do Biribiri, não parece uma solução viável, seja econômica, ambiental e, sobretudo culturalmente. Nesses casos, em feriados e festividades, observa-se um número elevado de visitantes, que freqüentam os atrativos naturais da região sem uma fiscalização efetiva. Malgrado as placas de orientações, não raro, o que predomina é um uso desordenado do espaço, o que acarreta danos ambientais. A exemplo tem-se a música alta, lixo jogado nas trilhas e nos arredores da comunidade, uso excessivo dos atrativos naturais com um número elevado de pessoas, causando também o excesso de carga.

Além dos impactos ambientais, há de se considerar os sociais. Os fluxos de turistas que apenas passam pela comunidade do Pinheiro decerto impactam na vivência coletiva. Queixas a respeito de ruído sonoro, acúmulo de lixo, são comuns entre os moradores do Pinheiro.

Em oposição a isso, o turismo comunitário busca potencializar os atrativos comunitários, seja eles naturais, culturais ou históricos, de modo que tragam retorno para a comunidade e ao mesmo tempo possam promover a interação entre visitante, comunidade e órgão gestor do PEBI.

Como apontado anteriormente a comunidade possui um número elevado de atrativos naturais, culturais e históricos que podem ser aproveitados para o

desenvolvimento da atividade turística, promovendo assim a troca de experiências entre visitantes e comunitários. Podem ser traçadas atividades ao ar livre tais como passeios de bicicletas, caminhadas, contemplação e visitas aos atrativos existentes. Uma possibilidade também seria a criação de roteiros de visitação e contemplação das atividades desenvolvidas na comunidade.

Destaca-se aqui que a sugestão do roteiro para o desenvolvimento do TBC, assim como as demais propostas de ações, configura-se em ações e práticas que precisam ser elaboradas de forma coletiva analisando todos os resultados a comunidade de Pinheiro e ao PEBl e como citado anteriormente na presente pesquisa precisa-se resolver todos os empecilhos para a consolidação efetiva de tal atividade.

Por fim, a aposta analítica é que o desenvolvimento do turismo de base comunitária no PEBl possa gerar resultados satisfatórios tanto para a comunidade quanto para o órgão gestor, promovendo a aproximação de ambos os atores, na tentativa de um “outro” modelo ambiental, fundiário e ambiental para o PEBl.

Agradecimentos

O presente estudo é derivado da dissertação do Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e teve apoio financeiro da CAPES, e contou com a colaboração da gestão do Parque Estadual do Biribiri e dos comunitários de Pinheiro no qual agradecemos a participação.

Referencias

ALMEIDA, C. S. Território da água, território da vida: Comunidades Tradicionais e a Monocultura do Eucalipto no Alto Jequitinhonha. 157 f. 2018. (**Dissertação** de Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 2, pp: 238-276, 2011.

AZEVEDO, A. A. **Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço**: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral. 55 f. Diamantina: Instituto Biotrópicos, 2009.

BETTI, P. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação: estudo de caso na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi, Guaraqueçaba – Paraná. 195 f. (**Dissertação** de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2014.

CASTRO, C. **História do Turismo no Brasil**. 275 f. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

COSTA JÚNIOR, J. E. V. Potencialidades ecoturística dos parques estaduais de Minas Gerais. 136 f (**Dissertação** de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, p.277-287, 2008.

- COUTINHO, G. C. T. SAMPAIO, C. A. C. NITSCHKE, L. B. O fenômeno do turismo da relação entre comunidades tradicionais e Unidades de Conservação de uso integral. **Anais** do Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2012.
- EMMENDOERFER, M. L. MORAES, W. V. FRAGA, B. O. Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. **Revista El Periplo Sustentable**, p.1-17, 2016.
- FONTANA, R. F. Inovação no Planejamento do Turismo e da Hospitalidade no Espaço Rural. *In*: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, p.259-273, 2010.
- GRIMM, I. J. SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária, conservacionabilidade e conservação ambiental. 12f. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, 2011.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais**: Princípios e Diretrizes. 12 f. Brasília, 2018.
- KOURY C. G, GUIMARÃES, E. R, FONTOURA, A. G. Planejamento Turístico para Promoção do Turismo de Base Comunitária: experiências no Amazonas e no Pará. 6 f. *In*: **Série Integração, Transformação e Desenvolvimento: Áreas Protegidas e Biodiversidade**". Rio de Janeiro: Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável, 2012.
- KURY, K. A. Regularização Fundiária em Unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Desengano/RJ, **Revista de Educação e Sociedade**, Campinas, v.31, pp.34-59, 2009.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.
- MASSUQUETTI, A. A Dinâmica da Agricultura Francesa: inovação, transformação e identidade social. **RESR**, Piracicaba, v. 48, n. 02, p. 331-356, abr/jun 2010.
- MORAES, E. A. MENDONÇA, T. C. PINHEIRO, C. V. Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: Um novo Caminho das Gerais.pp.8-34,Santa Cruz: **Revista de Cultura e Turismo**, ano 11, nº 01, 2017.
- MORAIS, M. S. A realidade socioambiental imposta às comunidades locais pela criação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto. 2014. 245 f. (**Tese** de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- NASCIMENTO, A. F. **A ilusão urbanística**: o papel do Estado na expropriação dos Caiçaras, Livro sobre a Tese de Doutorado, 152 f. São Paulo: Annablume, 2016.
- OLIVEIRA, J. D. Regularização fundiária de unidades de conservação. Brasília: **Boletim Científico ESMPU**, n. 32/33, p. 143-176 – jan./dez,2010.
- SAMPAIO,C. A. C. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e Chile. **Anais** do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, Caxias do Sul, 2006.

SCHNEIDER, S. Turismo em Comunidades Rurais: Inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. *In*: MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diálogos do Turismo: Uma viagem de inclusão**. Brasília, 2006.

SOUZA, D. E; SCALCO, R. F; XAVIER, K. F. As implicações da criação do Parque Estadual Do Biribiri para a comunidade e para o desenvolvimento do Turismo. Caderno de Geografia. Belo Horizonte: **Caderno de Geografia**, v.22, n.38, p.110-132, 2012

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad; Instituto Estadual de Florestas - IEF, Curitiba, 2004

TORRES, R. CONSENZA, B. Avaliação da gestão e sustentabilidade do Parque Nacional do Caparaó (Estados de Minas Gerais e Espírito Santo), Brasil. João Pessoa: **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, p.395-419, 2017.

Beatriz Roque dos Santos: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, Brasil.

Email: beatriz.roque@ufvjm.edu.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4591013618769554>

Alan Faber do Nascimento: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, Brasil.

Email: alan.faber@ufvjm.edu.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0185442935600199>

Hugo Rodrigues de Araújo: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, Brasil.

Email: hugo.araujo@ufvjm.edu.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9305503365859375>

Data de submissão: 23 de agosto de 2022

Data de recebimento de correções: 29 de janeiro de 2023

Data de aceite: 29 de janeiro de 2023

Avaliado anonimamente